

ENTREVISTA COM ROGER CHARTIER¹

André Dias

Beatriz Feres

Em que momento de sua trajetória pessoal e profissional, o livro e a leitura passaram a ocupar um lugar central em seus estudos? Que obras literárias formam sua antologia pessoal e por quê?

Meu primeiro interesse pelo livro está situado na perspectiva de uma história cultural, estatística e social desenvolvida na tradição da *École des Annales* nas décadas de 1960 e 1970. Naquele momento, o objetivo era medir as conjunturas da produção do livro, sua presença desigual nos diferentes meios sociais, os conteúdos temáticos das bibliotecas privadas, etc. Esse projeto era herdeiro do livro fundador da história do livro: *O Aparecimento do livro*, de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, publicado em 1958. Essa abordagem (absolutamente necessária) foi dando espaço, pouco a pouco, para a insatisfação. Ela não permitia que compreendêssemos como os leitores liam, como eles interpretavam ou utilizavam os livros, ou qual era a relação deles com a escrita. A partir daí, nasceu o projeto de uma história da leitura, ou melhor, das leituras, que procurava caracterizar, em suas diferenças históricas e sociais, as práticas da leitura, bem como permitia reconstruir as categorias de interpretação, os horizontes de expectativa ou os usos da escrita de diferentes comunidades de leitura e ampliava a percepção da cultura escrita, considerando todos os escritos que não são livros. Essa perspectiva não podia ignorar que a construção do sentido de um texto não depende apenas de seu conteúdo, mas também da materialidade de sua afiliação, de suas formas de circulação, das modalidades de sua recepção. Creio que é por essa razão que uma nova história do livro (porém não somente dele) se construiu com base no cruzamento entre

¹ Tradução de Telma Pereira, professora de língua francesa do Instituto de Letras da UFF.

três tradições científicas: a história social das práticas culturais à maneira francesa, a história da cultura escrita apreendida em seu todo, proposta por Armando Petrucci, e a bibliografia, ampliada em estudo da materialidade dos textos na tradição inglesa e na americana (sem se esquecer da Austrália e da Nova Zelândia, pátria de D.F. McKenzie).

Outra mutação fundamental foi o apagamento da fronteira rígida entre as grandes obras da literatura, objeto de atenção da história da literatura, e os textos “sem qualidades” próprios ao trabalho histórico. Para mim, a abordagem que liga o estudo dos textos, a análise de sua materialidade e a história de suas leituras se aplica tanto ao mais modesto poema da “literatura de cordel”, quanto a Molière, Cervantes ou Shakespeare (para mencionar três autores sobre os quais trabalhei e que fazem parte de minha “antologia pessoal”). Respeitar as obras literárias em sua diferença (e em sua força e beleza) não impede que se reconstruam as condições de sua possibilidade, as formas múltiplas de sua publicação e a série de interpretações e de apropriações que foram feitas com base nelas.

No artigo “Morte ou Transfiguração do Leitor?”, publicado no Brasil em 2002, o senhor afirmou o seguinte:

[...] a revolução eletrônica, que parece repentinamente universal, pode também aprofundar, e não reduzir, as desigualdades. É grande o risco de um novo “iletrismo”, definido não mais pela incapacidade de ler e escrever, mas pela impossibilidade de aceder às novas formas de transmissão do escrito – que não são baratas, longe disso.

Passados mais de dez anos da assertiva, no presente, o risco tornou-se um fato ou houve um equilíbrio das tensões em torno da questão?

O risco continua existindo nas sociedades nas quais as desigualdades econômicas e sociais se aprofundam. Porém, atualmente, me parece que outra divisão deveria ser mais fortemente assinalada: aquela que separa as gerações. A imagem da navegação em rede, que se tornou tão familiar, indica com acuidade as características de uma nova maneira de ler,

segmentada, fragmentada, descontínua, que desafia profundamente a percepção dos livros como obras e dos textos como criações singulares e originais, sempre idênticas a elas próprias, e que, por isso mesmo, são propriedades de seu autor. Essa tensão entre o conceito tradicional das obras e as modalidades de sua leitura é mais acentuada nas gerações mais jovens de leitores que entram na cultura escrita diante das telas dos computadores. A prática de leitura desses jovens, espontaneamente habituada à fragmentação do texto, quaisquer que sejam os textos, é incompatível com as categorias forjadas a partir do século XVIII para definir as obras por sua singularidade, identidade e totalidade. A questão não é simples. Isso tanto pode permitir que na textualidade numérica haja uma possível introdução de dispositivos capazes de perpetuar os critérios clássicos de definição e de percepção das obras, que são exatamente aqueles que fundam a propriedade literária, quanto o abandono desses critérios em prol de uma nova maneira de produzir, perceber e de pensar o escrito, sustentado por um discurso contínuo em meio ao qual o leitor recorta e recompõe o texto em total liberdade.

Do papiro ao *e-book*, a cultura escrita não só tem encontrado formas cada vez mais variadas de disseminação, como também tem adquirido, com os novos suportes e com a expansão da indústria livresca, paratextos editoriais que se revelam verdadeiros “captadores” de leitores, como o *design* cada vez mais criativo, formatos fora do comum, ilustrações elaboradas e portadoras de representações que provocam a identificação do leitor, entre outros recursos. Por que, então, ainda parece tão difícil conquistar novos leitores?

Uma das respostas da edição clássica ao desafio lançado pelo mundo digital foi – para alguns gêneros de livros – captar na forma impressa algumas possibilidades permitidas pela forma digital. Não sei se essas iniciativas conseguem conquistar «novos leitores». O exemplo do livro de bolso, após a Segunda Guerra Mundial, deve nos levar a um julgamento (ou avaliação) prudente. Essa nova forma de livro, mais barata, acessível a (quase) todos, não aumentou de imediato o público leitor, mas permitiu, sobretudo, ainda mais leitura àqueles que já liam. Ganhar novos públicos para

o livro e para a escrita não depende apenas de propostas editoriais, mas de um trabalho pedagógico que deve persuadir os *digital natives* que eles podem e devem ler outros textos além daqueles de seus *iPhones* ou *iPad*. Creio que essa é a tarefa da escola, da universidade e das bibliotecas. No mundo digital, o problema não é tanto a ausência de leitura (as telas do mundo contemporâneo são telas escritas), e sim as razões, as formas e os suportes da leitura.

Numa contemporaneidade marcada pela multimídia e pela valorização da imagem em movimento, as adaptações de livros para o cinema e para a televisão têm sido exploradas cada vez mais. O texto, a “história” em si, é disseminado, mas por outros meios. A profusão de adaptações pode “matar” o livro?

Não creio. O fenômeno é atualmente espetacular, mas não é novo. *Dom Quixote* ficou conhecido graças a inúmeras “adaptações”: obras teatrais, festas aristocráticas, carnavalescas ou religiosas, estampas e ilustrações, edições condensadas, edições para crianças, óperas. E a partir do século XX, filmes, séries de televisão, comédias musicais. Podemos dizer a mesma coisa em relação aos romances mais lidos do século XVIII: *Pamela e Clarissa*, de Richardson, *Paul et Virginie*, *La Nouvelle Héloïse*. Os heróis da ficção sempre saltam das páginas dos livros que contam suas aventuras. A questão é saber se os espectadores de suas encarnações retornam às páginas dos livros. Parece que é isso que ocorre, às vezes, quando livros de bolso trazem na capa alguma imagem de filme originado do livro. Nesse caso, a tarefa das instituições é explicar a relação (ou a distância) entre as obras e suas adaptações, e incitar os espectadores a tornar-se leitores. Mas nada disso é fácil. É preciso ter competência e paciência.

O livro, como bem cultural, costuma ser associado – inclusive nas campanhas pró-leitura encomendadas pelo governo brasileiro – como um objeto de prazer, isto é, está associado ao entretenimento, ao devaneio, à ilusão. O que o senhor pensa a respeito das campanhas a favor da leitura? Em que elementos elas deveriam concentrar-se?

O essencial para mim, assim como para muitos “promotores da leitura”, é a formação do cidadão. Os livros, e não apenas eles, devem transmitir a cada um a capacidade de crítica aos fluxos de informações que submergem as sociedades contemporâneas. É preciso ensinar a cada cidadão-leitor a decifrar as armadilhas das imagens, dos discursos impostos, das evidências que não são, mas parecem ser, pela força com que são repetidas. O prazer de ler, que pode ser a razão para se entrar na leitura, não deve mascarar essa exigência de lucidez que todo cidadão-leitor deve poder exercer. Daí o paradoxo das campanhas a favor da leitura organizadas por instituições que poderiam tornar-se alvo de julgamentos críticos permitidos pelo conhecimento. Porém, os promotores da leitura sabem e podem contornar as dificuldades por iniciativas que associam fortemente o livro à democracia, a defesa da escrita e do livro à constituição de um espaço público, onde cada um, como desejava Kant, pode exercer seu julgamento crítico com base em suas leituras.

Todorov em *A literatura em perigo* (2009) faz as seguintes considerações: Sendo o objeto da literatura a própria condição humana, aquele que a lê e a compreende se tornará não um especialista em análise literária, mas um conhecedor do ser humano. Quer melhor introdução à compreensão das paixões e dos comportamentos humanos do que a imersão na obra dos grandes escritores que se dedicam a essa tarefa há milênios?

Como o senhor avalia as observações do pensador búlgaro? A seu ver, em que medida as artes, de um modo geral, e a literatura em particular podem aproximar os homens na dimensão da humanidade?

Creio, como nosso “pensador búlgaro», de fato, muito francês, que algumas obras permitem construir uma reflexão sobre o que é essencial: as relações entre os indivíduos, as formas de exercício da autoridade, a relação com a natureza, a crença. Minha única reserva seria, talvez, um uso retrospectivo e anacrônico da categoria de «literatura». A palavra, em seu sentido moderno de «belas-letras», só aparece no século XVIII como a coisa em si, pois é exatamente naquele momento que se relacionam as noções as quais, para nós, definem a literatura: a singularidade da escrita, a originalidade da obra de ficção, a propriedade intelectual, o nome do

autor, a “fetichização” do manuscrito autógrafo e os arquivos literários. Antigamente, antes da associação dessas categorias, as fronteiras entre os gêneros eram permeáveis, as criações eram muitas vezes coletivas, a invenção estava situada no âmbito da imitação, e os autores não eram proprietários de suas obras. Eu digo isso para que evitemos uma visão muito idealista ou essencialista da “literatura” que, na realidade, a compreende pela universalização de uma definição histórica particular.

Pode-se afirmar que, no presente, há uma crise da leitura literária? Como ela se manifestaria nos diversos segmentos sociais e quais são as consequências históricas mais visíveis de tal fato?

Em minha opinião, o diagnóstico da “crise da leitura literária” nos remete a três dados fundamentais. Em primeiro lugar, o crescimento social das crianças e dos adolescentes escolarizados no ensino médio e na universidade. Eles não são mais os «herdeiros» de uma cultura familiar e letrada transmitida pela familiaridade com o livro, com as frequentes leituras e as conversas. Em segundo lugar, a diminuição do uso do livro e da literatura no ensino. Creio que já não estamos mais no tempo em que, no ensino secundário francês, tínhamos que estudar (por muito tempo, aliás, demasiado tempo) as obras clássicas (ou menos clássicas: no primeiro ano do ensino médio, meu professor de francês escolhia a peça *Nicomède*. . .). Por último, a leitura das telas, de todas as telas, sejam muito pequenas ou sejam muito grande, não é «literária» se entendermos por isso a leitura de uma obra inteira, ou, ao menos, a compreensão da relação entre cada fragmento e a totalidade do texto. A leitura digital é segmentada, descontextualizada, hipertextual e não segue ou não aprecia os critérios exigidos pela obra literária: a continuidade do texto narrativo, a percepção da totalidade e a familiaridade com o livro. Entre essas transformações, apenas a segunda pode ser corrigida por decisões e ações voluntárias que recolocariam o livro como tal, obra e objeto, no centro da pedagogia e que abririam um grande espaço para obras maiores de todas as culturas que marcaram a história da humanidade. Assim, poderíamos equilibrar os efeitos culturais da necessária democratização da entrada escolar e unir à cultura das redes sociais, tuítes, vídeos, jogos *online* e citações descontextualizadas, a cultura dos livros e das obras.

Qual o lugar da leitura, em especial de obras literárias, no mundo contemporâneo?

Um lugar importante, porém não é o único, tampouco hegemônico. Os cidadãos de hoje em dia precisam também de uma cultura científica e técnica. Eles precisam igualmente de conhecimentos históricos que lhes permitam melhor compreender o legado e as rupturas do mundo no qual vivem. Eles devem também possuir saberes que os deixem menos desamparados ou ignorantes diante dos complexos mecanismos econômicos que determinam sua existência. Para mim, a literatura, que alimenta o conhecimento de si e do mundo, participa desse novo humanismo crítico (que pode ser mesmo digital), o qual dificulta a imposição de falsas certezas e de verdades estabelecidas, desconstruindo as coerções que transformam em “naturais” as dominações socialmente construídas, e que não opõe o devaneio ao conhecimento.

Recebido em: 21/10/2015

Aprovado em: 20/01/2016